



REGULAMENTO DE TUTORIAS

ARTIGO 1º.

(Enquadramento legal)

De acordo com o Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de Julho, que republica o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, no seu artigo 44, os Agrupamentos de Escolas podem, no desenvolvimento da sua autonomia, designar professores tutores para acompanharem de forma particular o processo educativo de um grupo de alunos. Assim sendo, nos Planos de Ação Tutorial do Agrupamento de Escolas de Gouveia, entende-se como ação de tutoria uma dinâmica colaborativa em que participam diferentes intervenientes (alunos, docentes, auxiliares de ação educativa, encarregados de educação e outros) de forma a resolver dificuldades de aprendizagens dos alunos, facilitar a sua integração na escola e nos grupos-turma e atenuar eventuais situações de conflito e/ou abandono escolar.

ARTIGO 2º.

(Âmbito)

O Plano de Ação Tutorial é um documento que define as linhas e os procedimentos em matéria de apoios tutoriais a alunos.

ARTIGO 3º.

(Professor Tutor)

1. O professor tutor é responsável pelo acompanhamento, de forma individualizada, do processo educativo de um aluno ou grupo de alunos, preferencialmente ao longo do seu percurso escolar.
2. A cada professor tutor deverão ser atribuídos, no máximo, dois alunos;
3. O professor tutor é indicado anualmente podendo, se possível, dar continuidade ao acompanhamento do(s) aluno(s) ao longo do ciclo.

ARTIGO 4º.

(Perfil)

1. Estar disponível para se instituir como uma figura de referência para o aluno.
2. Estar consciente da importância do perfil relacional, afetivo e comunicacional para o exercício da função.

ARTIGO 5º.

(Competências)

1. Sem prejuízo de outras competências a fixar no regulamento interno, aos professores tutores compete:
 - a) Desenvolver medidas de apoio aos alunos, designadamente de integração na turma e na escola e de aconselhamento e orientação no estudo e nas tarefas escolares;
 - b) Promover a articulação das atividades escolares dos alunos com outras atividades formativas;
 - c) Desenvolver a sua atividade de forma articulada, quer com a família, quer com os serviços especializados de apoio educativo, designadamente os serviços de psicologia e orientação (SPO) e com outras estruturas de coordenação educativa.

ARTIGO 6º.**(Funções)****1. São funções dos Professores Tutores:**

- a) Elaborar a Ficha de Caracterização do Aluno;
- b) Criar uma relação de empatia e de confiança com os alunos;
- c) Promover, no aluno, a capacidade de autoconhecimento e de autoavaliação das aprendizagens (interesses, motivações, problemas, metodologias de estudo, áreas de sucesso e de insucesso, etc.);
- d) Fomentar atitudes positivas de socialização relativamente à turma e à escola;
- e) Definir com o aluno um “contrato de conduta”;
- f) Orientar o aluno na definição de objetivos pessoais de sucesso (curto, médio e longo prazo) e de estratégias superadoras de dificuldades diagnosticadas;
- g) Elaborar um plano de ação tutorial, resultante do conhecimento do aluno em articulação/cooperação com o conselho de turma;
- h) Desenvolver atividades promotoras de competências sócio-afetivas, estratégicas e cognitivas (saber ser, saber estar, saber aprender, aprender a aprender; técnicas e métodos de estudo, pesquisa, recolha e tratamento da informação);
- i) Orientar o aluno na gestão e planificação do estudo, tornando-o consciente da correlação “tarefas-grau de dificuldade-tempo” e elaborando horário de estudo/ocupação do tempo, mapa de testes, trabalhos, etc.);
- j) Apoiar o aluno na realização dos trabalhos escolares (trabalhos de casa, de pesquisa, etc.);
- k) Supervisionar materiais escolares relevantes para uma boa organização do estudo (caderno diário, fichas informativas, testes, etc.);
- l) Estabelecer uma relação de trabalho com a Biblioteca/Sala de Estudo, de forma a concertar estratégias de apoio ao aluno, potenciadoras da aquisição de competências de literacia;
- m) Detetar necessidades educativas específicas, comunicando-as ao diretor de turma (apoio ao estudo/acompanhamento do psicólogo, ...);
- n) Manter uma relação de comunicação com o diretor de turma dos alunos tutorados e, quando solicitado, com o encarregado de educação;
- o) Realizar a Avaliação Periódica e Final da Tutoria, a ser entregue ao Diretor de Turma para análise no repetivo Conselho de Turma, no Conselho de Professores Tutores e no Conselho Pedagógico.

ARTIGO 7º.**(Funcionamento)**

1. As sessões de tutoria são de frequência obrigatória para os alunos propostos, desde que obtida por escrito a autorização dos encarregados de educação, ficando os alunos sujeitos ao regime de assiduidade mediante proposta do professor tutor.
2. O professor regista o sumário no programa NetGIAE ou no impresso próprio.

ARTIGO 8º**(Tempos atribuídos à ação de tutoria)**

1. Ao cargo de professor tutor são atribuídos até ao máximo de dois tempos (100 minutos) por aluno da componente letiva ou não letiva de acordo com as horas disponíveis do crédito horário após a distribuição de serviço.



ARTIGO 9º

(Perfil do aluno tutorado)

Para benefício do programa tutorial, devem ser sinalizadas no perfil dos alunos as seguintes características:

- a) Dificuldades de integração na vida escolar;
- b) Dificuldades graves na organização necessária a um estudo eficaz;
- c) Dificuldades na aprendizagem decorrentes de ambiente sociocultural desfavorecido, família desestruturada ou que constitua um ambiente psicológico desfavorável ao ambiente de estudo em casa e ou ausência de hábitos de trabalho.

ARTIGO 10º

(Encaminhamento de alunos)

- 1. O encaminhamento dos alunos para tutoria resulta de proposta da direção, do professor titular de turma/diretor de turma ou do conselho de turma, depois de analisado o perfil psicossocial de cada aluno.
- 2. A respetiva proposta deverá ser fundamentada e com parecer do SPO sempre que necessário.
- 3. A proposta é formalizado através de documento próprio.

ARTIGO 11º

(Plano Individual de Acção Tutorial)

- 1. Cada professor tutor deverá então elaborar um Plano Individual de Acção Tutorial , para cada

aluno, no prazo limite de 20 dias, após a sua nomeação, onde devem estar definidos de forma simplificada:

- a) Diagnóstico da situação do aluno;
- b) Intervenientes no PIAT (equipa educativa, família, ...);
- c) Acções a desenvolver no âmbito do PIAT;
- d) Calendarização das acções;
- e) Avaliação do PIAT, a qual deverá incluir obrigatoriamente uma autoavaliação do tutorado;
- f) Outras informações que o tutor considere pertinentes.

ARTIGO 12º

(Deveres do tutorado)

O tutorado tem o dever de, sem prejuízo do disposto no Estatuto do Aluno e Ética Escolar e dos demais deveres previstos no regulamento interno da escola, de:

- a) Estar presente no local e hora combinada com o professor tutor, para sessões de tutoria;
- b) Participar nas sessões, contribuindo para o seu adequado desenvolvimento;
- c) Realizar as tarefas propostas pelo professor tutor;
- d) Cumprir eventuais acordos estabelecidos com o professor tutor;
- e) Apresentar propostas para a elaboração do Plano de Acção Tutorial;
- f) Autoavaliar o trabalho desenvolvido.

ARTIGO 13º

(Competências a desenvolver pelo tutorado)

- 1. O processo de apoio tutorial visa o desenvolvimento das seguintes competências:

- a) Psicossociais (conceito de “si”, a relação com o outro, conduta pessoal e social);
- b) Atitudinais (empenho, motivação, concentração, trabalho, ...);
- c) Autoconhecimento;



- d) Definição de objetivos pessoais;
- e) Integração (na turma, na comunidade escolar);
- f) Organizativas;
- g) Curriculares;
- h) Estudo (técnicas; como “aprender a aprender”);
- i) Gestão da correlação tempo-tarefa.

ARTIGO 14º (Exclusão do tutorado)

1. A exclusão do tutorado tem lugar sempre que o conselho de turma considere não haver mais

necessidade de usufruir da ação tutorial e, ainda:

- a) Exista uma manifestação, por escrito, por parte do encarregado de educação;
- b) Sempre que o número de faltas injustificadas de um aluno ultrapasse o dobro do número de tempos semanais previstos. deve o conselho de turma, ou o professor responsável, proceder à exclusão do aluno da sua frequência.

2. Do disposto anteriormente, é dada informação ao respetivo encarregado de educação ou ao aluno, quando este for maior.

ARTIGO 15º (Articulação com os Pais e Encarregados de Educação)

1. De forma a efetivar a articulação com os pais/encarregados de educação, podem ser desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Apresentar aos pais/encarregado de educação o plano individual de ação tutorial;
- b) Promover a colaboração dos pais/encarregado de educação no acompanhamento do trabalho pessoal do aluno;
- c) Reunir com o diretor de turma e com o tutor quando para tal for solicitado.

ARTIGO 16º. (Coordenação)

1. A gestão e a organização do programa tutorial compete a um coordenador dos professores tutores nomeado pelo diretor.

2. Ao coordenador dos professores tutores compete cumprir e fazer cumprir o estabelecido no Regimento de Tutoria;

3. Para o exercício das funções de coordenador dos professores tutores, são atribuídas duas horas da componente não letiva.

ARTIGO 17º. (Conselho de Professores Tutores)

O Conselho de Professores Tutores é composto por:

- a) Professores Tutores do AEG;
- b) Psicólogo escolar;
- c) Parceiros externos no âmbito da tutorias.



ARTIGO 18º.

(Coordenação do Conselho de Professores Tutores)

1. Conselho de Professores Tutores é presidido pelo Coordenador dos Professores Tutores.

ARTIGO 19º.

(Competências do Coordenador)

1. Assegurar a articulação e normalização de procedimentos a adotar na tutoria.
2. Identificar necessidades de formação no âmbito da tutoria.
3. Conceber e desencadear mecanismos de formação e apoio aos tutores e a outros docentes da escola.
4. Propor formas de atuação junto de alunos, pais e encarregados de educação, professores e outras entidades.
5. Cumprir e fazer cumprir o estabelecido no Regulamento de Tutorias.

ARTIGO 20º.

(Funcionamento do Conselho dos Professores Tutores)

1. O Conselho dos professores tutores reúne ordinariamente no início do ano letivo e no início de cada período e extraordinariamente sempre que necessário. Podem ainda realizar-se reuniões setoriais dos professores tutores para analisar problemas específicos;
2. As reuniões anteriormente referidas têm a duração máxima de duas horas. No caso da ordem de trabalhos não ser cumprida no tempo previsto, os elementos presentes decidirão: prolongar a sua duração ou marcar nova reunião imediatamente, ficando dispensada a sua convocatória;
3. De cada reunião, será lavrada ata que conterá um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e local da reunião, a hora de início, o presidente, o secretário, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações;
4. O secretariado das reuniões é rotativo, entre os docentes que compõem o Conselho, por ordem alfabética, excetuando-se o coordenador.
5. Se o docente que deveria secretariar uma reunião estiver ausente, secretariará o docente que lhe seguiria; na reunião ou nas reuniões seguintes em que esse estiver presente, retomar-se-á a ordem.
6. As atas serão lavradas em formato digital e papel sendo postas à aprovação de todos os membros no final da reunião ou no início da reunião seguinte. Após aprovação serão assinadas pelo presidente e pelo secretário e posteriormente entregues na Direção;
7. Nos casos em que o órgão assim o delibere, a ata será aprovada, em minuta, logo na reunião a que disser respeito.

ARTIGO 21º.

(Avaliação do Plano de Ação Tutorial)

1. Objetivo geral:

- a) Aferir o contributo da implementação do Plano de Ação Tutorial para a diminuição do insucesso e a integração plena dos alunos na comunidade escolar.

2. Objetivos específicos:

- a) Fazer a real monitorização do projeto;
- b) Verificar o grau de consecução do projeto;
- c) Verificar se responde às necessidades inicialmente detetadas;
- d) Verificar a adaptação ao público em questão;
- e) Verificar se as atividades determinadas e os meios envolvidos favorecem os resultados esperados;
- f) Redefinir estratégias;
- g) Reorientar e introduzir mudanças no projeto.



3. Aspectos sobre os quais deve incidir a avaliação:

- a) Sobre o próprio problema (absentismo, indisciplina, ...);
- b) Sobre os objetivos definidos;
- c) Sobre as metodologias, estratégias e as atividades que possam decorrer da implementação do Projeto;
- d) Sobre os resultados obtidos pelos alunos envolvidos, ao nível das atitudes, do comportamento em geral e do sucesso na aprendizagem.

4. Intervenientes na avaliação:

- a) Os Alunos;
- b) O Conselho de Turma;
- c) O Professor Tutor;
- d) Conselho de Professores Tutores;
- e) O Conselho Pedagógico.

5. Procedimentos:

- a) A avaliação do Plano Individual de Ação Tutorial será feita ao longo do ano, culminando na perceção do desenvolvimento integral do aluno tutelado, nas vertentes social, afetiva e cognitiva;
- b) No final de cada período os alunos e os tutores fazem a avaliação do trabalho desenvolvido através do preenchimento de grelhas;
- c) O Coordenador dos Professores Tutores, através da análise dos dados recolhidos, elabora o relatório de final de período a entregar à Direção e a dar conhecimento ao Conselho Pedagógico.
- d) A avaliação final do Programa de Tutoria deve ser realizada através dos seguintes documentos, a remeter ao Conselho Pedagógico:
 - Entrega de relatório final de ano por cada tutor;
 - Reunião do Conselho de Professores Tutores para análise do trabalho realizado;
 - Propostas de melhoria de funcionamento.

ARTIGO 22º.

(Revisão do Regulamento)

- 1. O Regulamento deverá ser revisto anualmente e/ou sempre que se verificar da existência de desadequações do foro legal geral e do Regulamento Interno do AEG.

ARTIGO 23º.

(Das omissões)

- 1. Toda e qualquer outra informação omissa neste documento, rege-se pelo Regulamento Interno do AEG e demais legislação afeta, em vigor.

ARTIGO 24º.

(Entrada em vigor)

- 1. O presente Regulamento entrará em vigor, no primeiro dia útil, após a sua aprovação pelo(s) órgão(s) pedagógico(s) competentes para o efeito.

- Os documentos do Plano de Ação Tutorial fazem parte integrante deste Regulamento.